casadesarmento
centro de estudos do património

Revista de Guimarães
Publicação da Sociedade Martins Sarmento

MAC-DONELL EM GUIMARÃES.

BRAGANÇA, Manuel

Ano: 1954 | Número: 64

Como citar este documento:

BRAGANÇA, Manuel, Mac-Donell em Guimarães. *Revista de Guimarães,* 64 (1-2) Jan.-Jun. 1954, p. 87-94.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Mac-Donell em Guimarães

Por MANUEL BRAGANÇA

Ao folhear um velho livro das Vereações da antiga e nobre terra vimaranense, deparou-se-me um facto que também já verificara no arquivo municipal do meu Concelho: a falta de reuniões da Câmara durante cerca de quatro meses na gerência de 1846-47.

Tão estranha coincidência não podia deixar de me impressionar fortemente — abstraindo mesmo da minha qualidade de funcionário administrativo — pois só ocorrências muito graves teriam levado à suspensão simultânea da actividade camarária nos dois concelhos vizinhos durante um período de tempo relativamente grande como aquele. É que, apesar de conhecer a traços largos a história desse tempo, dessa época bem amarga para o nosso brio de portugueses, em que forças estrangeiras vieram pôr fim a uma luta fratricida que ameaçava eternizar-se — ignorava o «papel» que tanto Guimarães como Felgueiras tinham desempenhado no desenrolar dos acontecimentos (1).

Segundo a lei administrativa então em vigor, tinham as câmaras municipais uma sessão ordinária por semana e as extraordinárias que o presidente convocasse, quer por exigências do serviço, quer por determinação das autoridades superiores (2).

Em Outubro de 1846 funcionou a Câmara de Guimarães (porque é de Guimarães que vou tratar)

---

(1) Na elaboração deste artigo servi-me do diário «O Nacional» orgão da Junta do Porto. Os números utilizados vão de Novembro de 1846 a Março de 1847, dos quais transcrevi os períodos entre cômas.

(2) Código Administrativo de 1842.

nos dias 6, 7, 10, 14, 16, 21, 24 e 31. Mas em Novembro já se reuniu apenas no dia 18. E a primeira sessão imediata é de 10 de Março de 1847.

Nenhuma explicação nos dão as actas sobre o assunto.

Em 10 de Março, ao reassumir as suas funções, deliberou a Comissão Municipal fazer a estiva do pão em virtude do elevado preço que este produto havia atingido. Ficou estabelecido que um vintém de pão de trigo corresponderia a 5,5 onças (157 gramas); de mistura, 19 onças (545 gramas); e de milhão 25 onças (717 gramas). Resolveu também despedir o procurador, António Vicente de Sousa, que não promovera o andamento das cousas da Câmara com zelo e actividade, e nomear para o cargo a José Gonçalves Pereira.

Vem a propósito dizer-se que a Comissão Municipal, na sessão de 31 de Outubro, estava constituída pelo presidente, José Joaquim de Abreu Cardoso; fiscal, Francisco José da Cunha Nogueira; vereadores, Manuel José de Abreu, José Correia de Oliveira Mendes, Custódio Fernandes Guimarães e António Ribeiro da Costa Sampaio. Na acta de 10 de Março figuram os mesmos, à excepção do último.

Mas, afinal, que se passou? — perguntará o leitor, já saturado de considerações impertinentes e de pormenores de interesse reduzido.

Encontrei a explicação em jornais da época e nos papéis que pertenceram a um companheiro de armas de Mac-Donell. É evidente que só estes últimos poderão conter algum elemento ainda desconhecido dos amadores de velharias.

Por causa dos Cabrais...

Decorria o ano de 1846. Demitira-se o governo de Costa Cabral em consequência da revolta da *Maria da Fonte*, que tivera grande repercussão em Guimarães, e formara-se o Gabinete presidido por Saldanha. Pouco depois constituira-se no Porto a Junta Provisória do Governo Supremo do Reino,

que pretendia o regresso à Constituição setembrista de 1838.

Segue-se um período de grande agitação, de feroz guerra civil. E para aumentar a confusão, aparecem nesta altura batalhões de voluntários que tomam conta de várias localidades do Norte e aí aclamam, uma vez mais, como rei absoluto, a D. Miguel I.

É assim que, a 26 de Novembro, entra com os seus homens em Guimarães o oficial escocês Reinaldo Mac-Donell, que, dois dias depois, na sala da Câmara, manda lavrar auto de aclamação de D. Miguel e nomeia os cidadãos que hão de gerir interinamente os negócios do Município.

Segundo jornais daquele tempo, ter-se-iam aproveitado os miguelistas da ausência do batalhão de Guimarães, que seguira para Braga e dali para o Porto conjuntamente com os de outras localidades. A retirada para a capital do Norte não foi bem vista pela totalidade dos voluntários, pois, pelo menos o comandante do batalhão de Fafe — Joaquim Ferreira de Melo, mais tarde administrador daquele Concelho — revelou ter sido de opinião que se caisse em Guimarães sobre a guerrilha de Mac-Donell, por entender que se dispunha da força necessária para aniquilá-la. O mesmo Ferreira de Melo fez saber a todos os miguelistas do Minho que, tendo sido tolerante para com eles, não deixaria com vida um só *(sic)* que se atrevesse a atacar a sua casa ou praticasse o mais leve insulto contra sua família.

Sobre o assunto escrevia um diário da cidade do Porto:

«A revolta miguelista tem lavrado pela província do Minho. Poucos são os homens que tomaram armas por D. Miguel, mas como não encontram resistência depois que os batalhões liberais se recolheram a esta cidade por ordem que para isso tiveram, podem por ora aqueles poucos andarem á sua vontade». O mesmo periódico dizia que só a arraia miúda combatia pelo absolutismo. «Os cavalheiros realistas do Minho não lhe aparecem (a Mac-Donell) não comem a peta. Os vereadores da câmara de Guimarães não têm nome, havendo ali tanto fidalgo. Em Braga o mesmo...» E pouco depois: «Os ban-

didos miguelistas ocupam Braga, Guimarães e Penafiel». Estes bandidos foram mais tarde convidados pelo jornal em questão a combater ao lado da junta do Porto contra os Cabrais...

O Combate de Braga

Na madrugada de 21 de Dezembro recebeu o Luís Leite, comandante das forças aquarteladas em Guimarães, notícia da entrada do Barão do Casal, general cartista, em Vila Nova de Famalicão.

Em cumprimento de instruções que recebera, com antecedência, de Mac-Donell — naquela data em Braga — o Luís Leite reuniu os seus homens e seguiu para a capital do Distrito, onde chegou pelas 11 horas. Nesse mesmo dia deu-se violento combate com as forças do Governo em que os realistas sofreram pesadas baixas e onde terminou, pode dizer-se, a carreira militar de Mac-Donell, cerca de um mês depois assassinado perto de Vila Pouca de Aguiar. Parece, contudo, que foram ligeiras as perdas sofridas pelos homens de Guimarães. «Tudo está aterrorizado com tal matança; desta vila falta bastante gente; porém até hoje só se consta que dois fossem mortos. O Pindela e o Fortunato Cardoso chegaram pela meia noite a casa e hoje passou aqui o padre José da Lage e Manuel Salgado com 70 homens».

Guimarães em pé de guerra

Ainda no dia 21 correu o boato de que o Casal marchava sobre Guimarães. Mas não. Quem estava de novo aqui era o Mac-Donell, que, com o Luís Leite, organizava forças para dar combate às do Governo. E parece que não lhes faltavam homens. «Esta terra nunca viu tanto povo armado. De todos os lados corre gente obedecendo ao *general badalo* cujos brados se fazem ouvir por toda a província».

O Casal mantinha-se em Braga. E eram tais os excessos praticados pelos soldados do seu comando

que fora necessário ameaçar de fusilamento o que cometesse mais algum roubo.

Em 26 constava no Porto que Mac-Donell marchava contra Braga, o que não correspondia à verdade. A marcha era em sentido contrário. Em 30 de Dezembro estavam em Amarante forças miguelistas de Guimarães comandadas por João Manuel Fernandes. Algumas semanas depois entrava no velho burgo vimaranense o Brigadeiro Bernardino Coelho Soares de Moura, com 400 homens e 30 cavalos. Este oficial, que abraçara há pouco a causa da Junta do Porto, e fora anteriormente partidário do vencido de Évora-Monte, teve breve conferência com os dirigentes realistas, que seguidamente se ausentaram, ficando parte da sua gente — mais de 800 homens — às ordens do Brigadeiro. Desapareceram os topes vermelhos (1) e não se ouviram mais vivas a D. Miguel.

Os cabralistas juntaram-se aos miguelistas esturrados para evitarem o acordo, mas nada conseguiram.

Ataque do Padre Casimiro

Quem não se conformou com esta situação foi o Padre Casimiro, que, num dos últimos dias de Fevereiro (1847) atacou Guimarães.

Com o auxílio do batalhão de Fafe, o inimigo foi posto em debandada, deixando «seis armas, uma clavina, um espadão, uma pistola e uma boa égua montada por um cavalaria desertor». Este último, «mortalmente ferido», foi internado no hospital da vila. Além disso os atacantes tiveram quatro mortos e dois prisioneiros. Por sua vez os defensores perderam um homem, cujo funeral se efectuou com pompa no Convento de S. Domingos, onde o cadáver ficou sepultado.

O cronista deste acontecimento pede uma corôa de louros para o Capitão Pedro Couto, administrador

---

(1) Distintivo dos combatentes miguelistas.

do Concelho, Manuel de Araújo e Andrade, escrivão da Administração, e sargentos Sedreviz (?) e Soares, pela forma como dirigiram as operações.

«Polacos do Minho»

Em princípio de Março estava em Guimarães o Conde de Azenha, partidário da Junta do Porto, o qual na qualidade de comandante geral e inspector dos batalhões nacionais dos distritos de Braga e Porto, fora das linhas, ao norte do Douro, aqui publicou uma proclamação com data de 4 daquele mês. No dia 10 passou revista a um batalhão de voluntários, «já em boa força», e dentro em pouco — anunciava-se — outro batalhão ficaria organizado, para o que havia muitos homens e algum armamento (1).

Intitulavam-se estes voluntários «Polacos do Minho».

Antes disso, porém, já numa correspondência de Vila Real datada de 7 de Novembro do ano anterior, se noticiava estarem ali os quatro batalhões nacionais de Guimarães, Fafe e Cabeceiras de Basto, que «... têm sido recebidos o melhor possível tanto durante a marcha como aqui, os povos correm a abraça-los como seus libertadores, há um entusiasmo nunca visto; pela sua parte os voluntários têm-se tornado dignos de semelhante tratamento, pois que o seu bom comportamento não pode ser excedido, têm uma disciplina admirável, não tem havido um só desgosto. Honra aos valentes populares».

---

(1) Vinte anos antes já o mesmo oficial, então Visconde de Azenha, que veio a ser ajudante de campo de D. Miguel, dera muito que falar em Guimarães. Segundo um livro manuscrito de João Lopes de Faria, em 30 de Março de 1827 foram presos alguns indivíduos, entre eles todos os que faziam parte da Câmara Municipal, por terem assinado «á força e debaixo de armas» o «auto que se fez nesta vila quando nela entrou o Visconde de Azenha» e no qual «se acclamou Rey o Senhor Infante Dom Miguel».

Devo esta informação à gentileza do Sr. Alberto Vieira Braga, apaixonado de tudo que a Guimarães se refere.

O auto da Aclamação

Vejamos agora quem eram os *sem nome* que constituiam o Senado Municipal nomeado por Mac-Donell. Para isso se transcreve um documento que pertenceu ao major António Joaquim Barros Lima, da Casa de Samoça, Felgueiras, miguelista ferrenho, que combateu ao lado de Mac-Donell e por ordem deste presidiu à reaclamação de D. Miguel, durante o mês de Dezembro de 1846, em diversas localidades: — Felgueiras (dia 15); Couto de Pombeiro (dia 16); Santa Cruz de Riba Tâmega (dia 18); Amarante e Honra de Vila Caiz (dia 19); e Couto de Travanca (dia 20).

Mas antes permitam-me declarar que fora minha intenção publicar sòmente este documento, sem quaisquer considerações. Como porém a cópia do auto de Guimarães, ao contrário do que sucede com outras, não está autenticada pelo escrivão da Câmara, ou por qualquer outro funcionário, pretendi testemunhar o conteúdo do mesmo documento, o que, se lhe concede certa força, não deixa de ser para quem lê uma grande maçada.

Diz assim:

> «Auto de aclamação d'El-Rey o Senhor Dom Miguel Primeiro
>
> «Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e seis, aos vinte oito dias do mês de Novembro do dito anno, nesta villa de Guimarães, e Casa da Camara, onde eram presentes o Excelentissimo Senhor Reinaldo Macdonell, General em chefe das Forças Populares, e do Exercito Portuguez, Director Militar delle, com os Illustrissimos Chefes das mesmas forças abaixo assignados, representando estas por si, e os mesmos cidadãos do seu comando, sendo igualmente prezentes, o Clero, Nobreza e Povo, por todos juntos e por cada um in solidum foi unanimamente aclamado e restituido ao Throno de seus maiores, e como Legitimo Rey Absoluto destes Reinos de Portugal, Algar-

ves e seus Domínios o Senhor Dom Miguel Primeiro. Neste mesmo acto forão nomeados interinamente para membros do Senado da Camara, na conformidade da Ordenação do Reino os Illustrissimos Francisco José Mendes Brandão, Gaspar Ribeiro Gomes de Abreu e o Bacharel José Leite Duarte, e para Procurador a João de Matos Peixoto Guimarães, que haverão o competente juramento da mão do seu Presidente e este da mão dos mesmos, do que se mandou fazer este auto por mim Manuel Leite Peixoto de Morgade que o escrevi».

Aos acontecimentos que ficam apontados seguiram-se o bloqueio pela esquadra inglesa, que aprisionou navios carregados de soldados portugueses, e a ocupação de várias terras do Sul e do Norte do País, por tropas espanholas, em meados de Junho de 1847.

Tudo isto — diga-se a verdade completa — a pedido de cidadãos portugueses...